

Cresce reciclagem de embalagens de agrotóxicos em Santa Catarina

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (Inpev) divulgou dados que revelam que entre janeiro e março de 2014 os agricultores catarinenses deram destino ambientalmente correto para 175t de embalagens de agrotóxicos, contra 57t nos mesmos três meses do ano anterior. Os números são resultado do Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas), desenvolvido pelo Inpev.

Os números catarinenses refletem o crescimento constante e gradual que o Sistema Campo Limpo vem alcançando no Brasil. Nos dois primeiros meses de 2014 os agricultores brasileiros já haviam destinado corretamente 6.769t de embalagens. No mesmo período do ano passado, esse total chegou a 5.968t, um volume 13% menor.

No ano de 2013 Santa Catarina somou 615t de embalagens destinadas corretamente, um número 5% maior que o do ano anterior, quando esse total chegou a 588t. Marcelo Lerina, coordenador do Inpev para o Rio

Grande do Sul e Santa Catarina, revela que pretende encerrar 2014 com um crescimento de 14% no total de embalagens coletadas no território catarinense. O grande número de pequenas propriedades é um desafio a ser vencido e, para tanto, o Inpev vai reforçar o investimento na conscientização do agricultor catarinense.

No Brasil o crescimento de um ano para outro foi de 8%, saltando de 37.379t em 2012 para 40.404t em 2013. Foram 15 estados que apresentaram aumento nesse índice. Mato Grosso, Paraná, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul são os estados que mais destinaram em quantidade durante os doze meses; juntos, eles correspondem a cerca de 70% do total destinado no País. Maranhão, Rondônia e Piauí foram os estados que obtiveram maior crescimento percentual.

Segundo João Cesar M. Rando, diretor-presidente do Inpev, o Sistema Campo Limpo já destinou mais de 280 mil toneladas de embalagens, desde o início de suas operações em 2002.

Atualmente, 94% das embalagens plásticas primárias (aquelas que entram em contato direto com o produto) são devolvidas pelos agricultores brasileiros. Esses números posicionam o Brasil como referência na logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos, à frente de países como Alemanha, Canadá, França, Japão, Austrália e Estados Unidos.

Responsabilidades definidas

Em 2000, a Lei Federal 9.974 determinou as responsabilidades de cada elo da cadeia no processo de destinação das embalagens vazias de agrotóxicos. Desde então, cabe ao revendedor indicar, na nota fiscal de venda, o local onde o produtor rural deve devolver as embalagens do produto que adquiriu dentro do prazo de até um ano. A responsabilidade por dar a destinação correta às embalagens vazias devolvidas é da indústria fabricante, que viabiliza a reciclagem de 82% do total, restando apenas 8% para incineração. Ao poder público, cabe a fiscalização do funcionamento do sistema de destinação.

No rastro dessa Lei foi fundado o Inpev, em 2002, para atuar como mandatário legal da indústria fabricante de agrotóxicos quando se trata da destinação das embalagens vazias de seus produtos. O instituto é formado por 96 empresas fabricantes de defensivos agrícolas e dez entidades representativas da indústria, dos canais de distribuição e dos agricultores. ■



Foto: Divulgação/Inpev

BID lança ferramenta para a análise de políticas agropecuárias

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou, em maio, o Sistema de Monitoramento de Políticas Agropecuárias de Estimativas de Apoio ao Produtor (EAP) Agrimonitor. Trata-se de uma ferramenta *online* que tem como objetivo melhorar as políticas e práticas agropecuárias na América Latina e no Caribe.

O BID acredita que esse instrumento quantitativo, elaborado por Tim Josling, professor da Universidade Stanford, permitirá uma compreensão melhor das políticas agropecuárias que afetam a segurança alimentar, integração comercial, competitividade e pobreza rural e suas ligações com a mudança climática. O Agrimonitor permite utilizar as informações para realizar análises relevantes país por país, além de comparações regionais específicas dentro da América Latina e do Caribe. Para isso, usa a mesma metodologia aplicada desde 1989 pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para seus países-membros.

As EAPs são uma plataforma amplamente utilizada que proporciona informações quantitativas sobre preços de produtos básicos, pagamentos diretos a produtores e gastos com serviços gerais. Segundo dados das EAPs coletados entre 2003 e 2012, a América Latina e o Caribe ficaram para trás na tendência global de abandonar a forte dependência de manutenção de preços mínimos para a agricultura e voltar-se para pagamentos diretos e investimentos em serviços gerais.

Dos US\$30 bilhões que os governos da região gastam em políticas de apoio ao setor agropecuário, US\$14 bilhões correspondem a garantias de preços mínimos de mercado, US\$13 bilhões a pagamentos diretos e apenas US\$3 bilhões a serviços gerais, como pesquisa agropecuária, serviços de inspeção sanitária de plantas e animais e infraestrutura rural. ■



Foto: Aires Mariga

Agrimonitor busca melhorar as políticas e práticas agropecuárias na América Latina e no Caribe

Mapa Hidrogeológico identifica qualidade e quantidade da água subterrânea em SC

Santa Catarina já tem seu Mapa Hidrogeológico. O documento, lançado em abril, foi desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS).

O investimento foi de R\$4.292.820,00, sendo a contrapartida do Governo Estadual de R\$339.520,00. “O trabalho é o mais completo estudo realizado até hoje no território catarinense e vai possibilitar orientação técnica aos órgãos públicos e à sociedade quanto à utilização dos mananciais hídricos subterrâneos”, explica o secretário da SDS, Paulo Bornhausen.

O material é um banco de dados georreferenciados, com todas as informações de hidrogeologia do Estado. O mapa identifica a qualidade e a quantidade da água subterrânea por região do Estado e indica as melhores condições para seu aproveitamento. No total, fo-

ram cadastrados e mapeados cerca de 7.200 poços, identificando a disponibilidade hídrica (reserva) dos aquíferos existentes nas 10 regiões hidrográficas de Santa Catarina. A maior parte desses poços está localizada no Oeste e no Meio-Oeste do Estado.

De posse dessas informações, o Estado poderá melhor definir e elaborar políticas públicas adequadas ao aproveitamento sustentável das águas subterrâneas. O projeto foi o primeiro mapa hidrogeológico estadual desenvolvido em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), facilitando sua utilização e permitindo ao usuário a realização de algumas tarefas de geoprocessamento, através da visualização e manipulação amigável dos arquivos.

O mapa já está disponível para a consulta da população no endereço www.aguas.sc.gov.br e será distribuído em cópias impressas e em DVDs para órgãos públicos. ■



Foto: Aires Mariga

Documento vai possibilitar orientação quanto à utilização dos mananciais subterrâneos

Poder público investe na demarcação de parques aquícolas catarinenses

A Epagri/Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap) já recebeu as 3.296 boias sinalizadoras, as estacas de aço e os cabos de aço que serão utilizados para demarcar os 837 parques aquícolas de Santa Catarina. O Estado é o único do Brasil com seus parques marinhos ordenados e regularizados. É também o maior produtor brasileiro de ostras, mariscos e vieiras, concentrando 90% da produção nacional.

Os parques aquícolas catarinenses estão localizados entre Palhoça e São Francisco do Sul. As boias recebidas, de cor amarela, serão usadas apenas para sinalizar as extremidades dos parques. Não se trata, nesse caso, das boias normalmente azuis ou pretas, usadas ao longo do cabo-madre para demarcar a localização das lanternas de ostras ou das pencas de mariscos.

A instalação se viabilizou por meio de convênio estabelecido no final de 2013 entre a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Esse é o primeiro de três projetos voltados ao desenvolvimento da maricultura em Santa Catarina. O investimento total será de R\$3,64 milhões por parte do Ministério, mais 20% de contrapartida do Governo Estadual. Os projetos vão beneficiar cerca de 700 famílias de maricultores.

Após a sinalização adequada dos parques aquícolas, terá início o segundo projeto, que vai apoiar a ocupação ordenada desses espaços. Em sua terceira etapa, a proposta vai contemplar o atendimento das exigências dos órgãos ambientais no que diz respeito à gestão do monitoramento desses parques, orientando e capacitando os maricultores para práticas de produção ambientalmente responsáveis.

Boas práticas

Em nível federal já foi definida a normatização das boas práticas para o cultivo de algumas espécies pesqueiras, entre elas ostras, mexilhões e vieiras. O processo teve início há três anos, com participação de mais de 70 instituições, como universidades, centros de produção, institutos federais, Embrapa e Epagri.

As normas propostas passaram por consulta pública no site da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) até o dia 18 de março. Nessa etapa, pessoas e entidades interessadas podiam sugerir alterações, inclusões, supressões ou ainda validar o conteúdo. Agora elas passam a valer na perspectiva de adesão voluntária.

Os produtores que se adequarem às melhores práticas de manejo poderão

solicitar um selo de qualidade conferido pelo MPA e pelo Inmetro. Além de valorizar o produto no mercado interno, o selo vai abrir portas para a exportação. A adesão dos pequenos e médios aquícultores às boas práticas será feita com auxílio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que fornecerá orientações em financiamento.

A elaboração das normas foi feita após a criação de um comitê na ABNT, com a participação de setores ligados ao tema. Em 2012 foram realizadas 30 visitas técnicas a produtores de todas as regiões brasileiras. Assim, a normatização atende a demandas práticas do próprio setor, como higiênico-sanitárias e de manejo, segurança, qualidade, bem-estar animal, insumos, controle de monitoramento ambiental, rastreabilidade, qualidade da água e critérios de sustentabilidade.

O texto também considera resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) e as Diretrizes para Certificação da Aquicultura, editadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). As normas construídas até agora são específicas para as espécies tambaqui e tilápia e para moluscos bivalves. Já está em construção uma norma para o camarão. ■

Epagri faz melhorias no Centro de Treinamento de Joinville

No dia 31 de março a Epagri inaugurou as obras de aprimoramento das instalações de seu mais novo Centro de Treinamento para agricultores e pescadores, localizado em Joinville. O Cetreville iniciou suas atividades em julho de 2011 e agora recebeu investimento de R\$351 mil, aplicados na compra de novos equipamentos e adequações no espaço físico.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Agricultura e da Pesca, repassou R\$240 mil para as obras. Com a verba, foram adequados os acessos para cadeirantes e deficientes visuais, além das calçadas e do telhado do corredor central. A abertura da porta de segurança das unidades didáticas também recebeu investimentos. As unidades de panificação e de processamento de frutas e hortaliças receberam equipamentos, comprados com R\$111 mil provenientes de recursos próprios da Epagri e do Governo Federal.

O Cetreville oferece curso de panificação, biscoitos, processamento da fibra da bananeira, artesanato com fibras, floricultura, piscicultura de água doce, turismo rural, processamento de frutas e hortaliças e palmáceas. Já estão sendo desenvolvidos três novos cursos (aproveitamento

da banana verde, massas de cantina e massas de baixas calorias) e outros podem ser criados com o objetivo de atender à demanda da região.

O Centro tem área construída de 950 metros quadrados e possibilidade de capacitar 300 pessoas por ano. Seu alojamento abriga 35 pessoas, conta com refeitório para 50 refeições simultâneas e duas salas de aula com capacidade total de 40 alunos cada uma. Tem ainda duas unidades didáticas – uma para manipulação de alimentos panificados, outra para conservas (frutas, hortaliças e palmáceas). Em breve vai dispor de uma estufa didática de floricultura, que está em construção.

Homenagem

O Centro leva o nome do médico-veterinário Luiz Carlos Perin, conforme Projeto de Lei da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ex-servidor da Epagri, o profissional faleceu em serviço em 1997, quando sofreu um acidente de carro. Perin atuou em várias iniciativas que beneficiaram agricultores e piscicultores do Estado. ■



O Centro tem área construída de 950 metros quadrados

Santa Catarina é destaque no Anuário Brasileiro da Fruticultura

A pesar de seu pequeno território, Santa Catarina se confirma como um dos principais produtores de frutas do Brasil. O Anuário Brasileiro da Fruticultura 2014 usa dados de 2012 que colocam o estado catarinense como o sétimo em produção frutífera,

com um total de 1.578.662t produzidas naquele ano.

Segundo o Anuário, Santa Catarina perde em produção de frutas somente para estados com espaço territorial muito superior ao seu: São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e

Paraná, que, nessa ordem, ocupam os primeiros lugares da lista.

O anuário ressalta ainda o estado catarinense como o principal produtor nacional de maçã. Ele cita a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM) para afirmar que na safra 2012/13 foi colhido 1,046 milhão de toneladas do fruto no Brasil. A entidade estima que na safra 2013/14 esse total chegue a 1,1 milhão de toneladas, graças, principalmente, à recuperação da produção de maçãs do tipo Fuji.

A revista afirma que as frutas estão presentes em todas as unidades federativas do Brasil. Segundo as informações do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibrafr), a atividade congrega cerca de 5,6 milhões de pessoas, o que corresponde a 34% da força de trabalho empregada no meio rural, distribuída principalmente em pequenas e médias propriedades. ■



SC é o sétimo estado em produção frutífera do Brasil

Lei tipifica vinho produzido na agricultura familiar

A Presidência da República sancionou a Lei 12.959, de 19 de março de 2014, que tipifica o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. A nova legislação altera o artigo 2º da Lei 7.678, de 8 de novembro de 1988. Ela vai beneficiar pelo menos 146 famílias que produzem vinho em Santa Catarina, segundo levantamento de 2010 realizado pela Epagri/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa).

De acordo com a nova legislação, o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural deve ser elaborado com o mínimo de 70% de uvas colhidas no imóvel e na quantidade máxima de 20 mil litros anuais. A elaboração, a padronização e o envase do produto devem ser feitos exclusivamente na propriedade do agricultor familiar, e a comercialização deverá ser realizada diretamente para o consumidor final. Essa venda pode-se dar na sede do imóvel rural onde foi produzido, em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa ou em feiras da agricultura familiar.

Também foram definidas as informações que devem constar no rótulo das garrafas. É essencial o uso das denominações “vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural”, “vinho colonial” ou “produto colonial”. É indispensável a identificação e o endereço do produtor.

Para Paulo Cesar Freiburger, extensionista do escritório de Lauro Müller, a nova Lei traz a possibilidade de os

agricultores familiares saírem da ilegalidade na produção do vinho colonial. “Com esse avanço, poderão vender sem receio, divulgar sua produção, realizar melhorias na qualidade dos produtos e assim garantir uma renda adicional para suas famílias sem medo de ser penalizados.” A faixa de produção a que se refere a Lei em questão beneficia quem tem a produção do vinho como atividade de secundária nas propriedades. ■



○ vinho produzido por agricultor familiar deve ser elaborado com o mínimo de 70% de uvas colhidas no imóvel

Inscrições no Cadastro Ambiental Rural vão até maio de 2015

O Diário Oficial da União publicou, na sua edição de 5 de maio último, o Decreto 8.235/2014, que regulamenta as normas para os programas de regularização fundiária e estabelece o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Todo proprietário de imóvel rural no Brasil terá um ano para se inscrever no CAR, a partir da data de publicação do Decreto, e iniciar o processo de regularização no caso de danos em áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e de uso restrito.

O Cadastro foi introduzido pelo novo Código Florestal, aprovado em 2012 pelo Congresso, e estabeleceu a obrigatoriedade de que todas as propriedades e posses rurais do País façam parte do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Ao se inscrever no CAR, cada proprietário de terra vai informar ao Governo quais são e onde estão suas áreas de produção agrícola e suas áreas com vegetação natural conservada. No caso de áreas a serem recompostas, os proprietários deverão informar sua localização e o prazo para que possam atender às propostas de regularização ambiental.

O texto também cria o Programa Mais Ambiente Brasil, que desenvolverá ações nas áreas de educação ambiental, assistência técnica, extensão rural e capacitação de gestores públicos, além de apoiar os programas estaduais de regularização. Cada unidade da Federação deve acompanhar, por meio de seus programas de regularização ambiental, a recuperação, regeneração ou compensação das áreas e a possibilidade de se suspender ou extinguir a punição dos passivos ambientais.

Para apoiar os estados nessa ação, o SiCAR disponibiliza imagens de satélite das propriedades rurais. Assim, os órgãos ambientais estaduais poderão saber se as informações prestadas pelos proprietários são verdadeiras e definir onde fazer as visitas de campo. O sistema recebeu investimentos de cerca



Foto: Aires Mariga

Cadastro vai permitir conhecer áreas de produção agrícola e de vegetação natural em cada propriedade

de R\$70 milhões e está no ar desde 2013, quando funcionava em fase de testes. Ele está carregado com imagens de satélite referentes aos anos de 2008, 2011 e 2012. As fotografias de 2008 são necessárias como referência, por se tratar do prazo limite que o Código Florestal estabeleceu para anistia aos casos de desmatamento. Imagens de 2013 e 2014 também deverão ser adquiridas. Até 2017 o Ministério do Meio Ambiente comprará anualmente imagens atualizadas.

Pré-requisito

A inscrição no CAR, acompanhada de compromisso de regularização ambiental quando for o caso, é pré-requisito para acesso à emissão das Cotas de Reserva Ambiental e aos benefícios previstos nos Programas de Regularização Ambiental (PRA) e de Apoio e Incentivo à Preservação e

Recuperação do Meio Ambiente.

Entre os benefícios dos dois programas, pode-se citar a suspensão de sanções em função de infrações administrativas cometidas até 22 de julho de 2008, por supressão irregular de vegetação em áreas de APP, reserva legal e de uso restrito. Também estão previstos benefícios para obtenção de todas as modalidades de crédito agrícola, com taxas de juros menores e limites e prazos maiores que o praticado no mercado. Os programas permitem ainda a contratação do seguro agrícola em condições melhores que as do mercado e a criação de linhas de financiamento para atender iniciativas de preservação voluntária de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável realizados na propriedade ou posse rural, ou recuperação de áreas degradadas. ■

Programa quer ampliar capacidade de armazenagem de grãos em Santa Catarina

Para diminuir o *deficit* de 2,2 milhões de toneladas na estocagem de grãos em Santa Catarina, cooperativas agrícolas e Governo do Estado firmaram parceria para revitalizar o Programa Armazenar, da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. Hoje, o Estado produz 6,5 milhões de toneladas de grãos, incluindo milho, soja, trigo e arroz, porém armazena 4,3 milhões de toneladas, restando mais de 30% da produção sem local para estocagem.

As cooperativas contratarão financiamento junto aos agentes financeiros, com 15 anos de prazo, incluindo três anos de carência e juro de 3,5% ao ano. O Governo do Estado responderá pela subvenção de 50% dessa taxa, o que corresponderá a aproximadamente R\$83 milhões. A expectativa é de que cerca de 100 projetos sejam realizados, com investimentos totais de R\$500 milhões. Em um ano, o objetivo é diminuir pela metade o *deficit* de 2,2 milhões de toneladas na estocagem de grãos em Santa Catarina.

Fecoagro é beneficiada

Um das primeiras beneficiadas pelo programa Armazenar foi a Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro). A entidade assinou convênio com a Secretaria da Agricultura e da Pesca para subsidiar 50% dos juros do financiamento de um novo granulador de fertilizantes, na parte que compreende armazenagem. O convênio foi assinado durante a inauguração do granulador de fertilizantes, construído pela instituição em São Francisco do Sul, também com apoio do Governo do Estado. Essa planta poderá produzir 40 mil toneladas ao ano, com operação em dois turnos. Foi projetada para ampliação dos equipamentos e dobrar a capacidade de produção se houver



Santa Catarina produz 6,5 milhões de toneladas de grãos, incluindo milho, soja, trigo e arroz

demanda no mercado.

O granulador inaugurado tem por finalidade produzir uma das matérias-primas que é utilizada na misturadora da Fecoagro para produção dos fertilizantes convencionais, ou seja, mistura de grânulos. Também produzirá fórmulas diferenciadas, granuladas, com adição de micronutrientes, para lavouras de alta tecnologia, atendendo a diversos tipos de cultura, propiciando a melhoria na aplicação dos fertilizantes com equipamentos de alta precisão, e ampliando a produtividade no campo.

O investimento total dessa obra foi de aproximadamente R\$12 milhões. Esse valor foi financiado em parte. Do total, R\$7,6 milhões foram financiados pelo BRDE e R\$680 mil pelo Banco do Brasil, nos programas Prodecoop e Finame, com 12 anos de prazo para pagar e juros médios de 5% ao ano, fixos. O Governo de Santa Catarina está participando com subsídio dos juros no programa Armazenar, através da Secretaria de Estado de Agricultura e da Pesca. A Secretaria da Fazenda contribuiu com

a liberação de créditos de ICMS para aquisição de equipamentos no valor de R\$1,5 milhão.

Terra-Boa Forrageiras

O Programa Terra-Boa Forrageiras também sofreu alterações. Ele proporciona aos produtores rurais subvenção para aquisição do “kit forrageira” para melhoria e implementação de 1 hectare de pastagem. Com a alteração, o Programa abre uma exceção e os agricultores proprietários de unidades demonstrativas da extensão rural que foram beneficiados nos últimos três anos poderão receber o benefício também este ano. Cada kit é formado por mais de 80 produtos selecionados pelo agricultor e fornecidos a partir de um projeto técnico elaborado pela Epagri. O valor do “kit forrageira” é de R\$1,8 mil e pode ser pago em duas parcelas anuais ou em uma parcela com desconto de 60% incidente sobre a segunda. ■

Mudanças climáticas na América do Sul afetam segurança alimentar

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) alertou para o risco das alterações climáticas na agricultura. Para o órgão, as secas e o aumento da temperatura provocados pelas mudanças climáticas na América do Sul, considerada o celeiro do mundo, afetarão a segurança alimentar do mundo todo.

“Não é um tema do futuro, mas do presente, e os impactos são muito maiores do que pensávamos”, disse a jornalista estrangeira José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO. As repetidas secas, como as que castigam periodicamente o Sul do Brasil, já seriam um sinal de que as mudanças climáticas não são coisa do futuro.

“A América do Sul se tornou o celeiro do mundo. O impacto na América do Sul afeta a segurança alimentar do planeta. E já estamos vendo isso”, destacou o diretor da FAO.

Ele advertiu que as incertezas provenientes das mudanças climáticas poderão afetar sobremaneira a economia. “Tinha-se a ideia de que o mundo tinha se transformado em um grande supermercado, que a gente podia comprar o que quisesse, quando

quisesse (...). Tínhamos alcançado uma situação de pleno abastecimento. Agora, as mudanças climáticas reintroduzem o tema de que não sabemos o que vai acontecer”, resumiu Graziano.

Para o representante da FAO, a incerteza afetará todo o comércio e determinará a volatilidade dos preços internacionais das matérias-primas. Ele acredita que a instabilidade na produção agrícola levará ainda à quase obrigação dos países em assegurar o abastecimento interno, com políticas que já tinham sido abandonadas, como ter estoques de emergência, explicou.

Graziano aposta que os transgênicos possam representar uma alternativa. Ele considera que até agora o mundo está se alimentando sem transgênicos. Com exceção do milho e da soja, a tecnologia ainda não é relevante para produção de alimentos, mas com a evolução das mudanças climáticas, a situação pode se alterar.

Evolução do debate

A evolução do debate em torno dos transgênicos é essencial para o enfrentamento das dificuldades que podem

surgir, separando a polêmica política dos avanços científicos que podem ajudar a combater as mudanças climáticas. “Transgênicos não são apenas sementes da Monsanto. Essa confusão acaba com o assunto, o transforma em um tema político, o do monopólio das sementes, que é outra coisa.”

Na visão da FAO, o importante é continuar pesquisando e guardar todos os avanços que possam servir no futuro. “É como a energia atômica, está aí, guardada. Tem seus riscos e é preciso ter todo o sistema de proteção para isso. A FAO investe muito no tema da biossegurança com transgênicos e em dar ao consumidor o direito de escolha: que fique claro na rotulagem se o produto tem ou não transgênicos”, explicou.

“Não descarto nenhuma arma contra a fome. É uma luta sem trégua e sem quartel. Podemos erradicar a fome, temos que utilizar todos os esforços, e se os transgênicos são uma possibilidade no futuro, não temos que descartá-los agora”, afirmou Graziano.

O tema das mudanças climáticas foi discutido durante a 33ª Conferência Regional da FAO para América Latina e Caribe, realizada entre 6 e 9 de maio em Santiago, no Chile.

O evento acontece a cada dois anos para analisar os principais desafios para a segurança alimentar. Essa ocasião está centrada na erradicação da fome e da má nutrição, no desenvolvimento sustentável e na agricultura familiar.

A Conferência fixa as prioridades para a atuação da FAO para os próximos dois anos, além de ser um importante fórum de encontro com a sociedade civil e o setor privado. ■



FAO não descarta nenhuma arma no combate à fome